

Negociação será mais flexível

Kido Guerra

Negociar com mais flexibilidade, sem gerar qualquer expectativa de confronto com o sistema financeiro internacional é a grande modificação da postura do governo na condução da renegociação da dívida externa. A essência da proposta brasileira para o fechamento do acordo com o comitê assessor dos bancos credores permanece a mesma da elaborada pela equipe do ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, mas com uma diferença fundamental: não há mais tanta rigidez e o governo está mais aberto para a busca de uma solução intermediária. Os principais pontos da proposta brasileira são os seguintes:

- **Melhores condições para o pagamento da dívida:** os negociadores brasileiros vão tentar obter prazos elásticos para o pagamento dos juros, que o governo quer mais baixos do que os negociados pelo México e Argentina. A obtenção de uma taxa de risco (*spread*) zero está afastada. O Brasil se satisfaz com taxas mais baixas possíveis.

- **Acordo com o FMI:** As negociações com o Fundo Monetário Internacional serão feitas paralelamente às conversas com o comitê, e um acordo *stand-by*, para a obtenção, este ano, de 1 bilhão de dólares deve ser assinado até abril. O Brasil só insiste num ponto: a desvinculação dos desembolsos dos empréstimos dos bancos ao cumprimento das cláusulas do acordo com o FMI.

- **Refinanciamento para 1988 e 1989:** Em princípio, o Brasil espera obter, nesse acordo, o total de 11,4 bilhões de dólares para refinarçar os juros de 1988 e 1989. Os credores acham essa soma elevada. Nesse item, pode vir a ocorrer uma importante modificação: a negociação de recursos apenas para este ano, deixando 1989 para depois.

- **Sem datas:** O governo não trabalha mais com prazos. Quer fechar o acordo o mais cedo possível, mas não mais até 29 de janeiro, como desejava o ex-ministro Bresser Pereira, que chegou a ameaçar o rompimento das negociações se até essa data não houvesse acordo.

- **Securitização da dívida:** A polêmica tese levantada por Bresser de transformar parte do principal da dívida em títulos brasileiros persiste. A recente securitização da dívida mexicana vem reforçar a posição do Brasil. Mas uma decisão sobre esse ponto pode ser adiada, uma vez que a securitização contribui para resolver a questão da dívida apenas a longo prazo e o Brasil quer o dinheiro agora.

☐ **O ministro Maílson da Nóbrega deve concluir, ainda no começo desta semana, a formação de sua equipe de auxiliares. Para presidência da comissão de valores, foi nomeado o advogado Arnold Wald, que recebeu e aceitou o convite em Paris onde passa férias. Especialista em problemas de mercado de capitais, e ex-procurador do Rio de Janeiro, Wald toma posse na CVM na próxima quarta-feira.**